

<http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13408>. Acesso em: 9 nov. 2017.

MATO GROSSO (Estado). **Instrução Normativa nº 002/2013/SEJUDH/MT**, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre a constituição da Comissão Técnica de Classificação nos Estabelecimentos Penais do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. p. 23. Cuiabá: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 25 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/55951097/doemt-25-06-2013-pg-23>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

MATO GROSSO (Estado). Secretaria de Justiça e Direitos Humanos de Mato Grosso. **Despacho nº 1.495/2016/SAAP/Sejudh/MT, de 9 de dezembro de 2016**. Esclarecimento sobre procedimentos de visita íntima. Cuiabá, 2016.

MÉNDEZ, Juan E. **Report of the Special Rapporteur on torture and other cruel, inhuman or degrading treatment or punishment on his mission to Brazil**. New York, USA: ONU, 2016.

NETO, Moysés Pinto. A matriz oculta do Direito Moderno: crítica do constitucionalismo contemporâneo. **Cadernos de ética e filosofia política**, São Paulo, n. 17, p. 131-152, jan./jun. 2010.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional. **Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Relato%CC%81rio-para-OEA-sobre-Mulheres-Encarceradas-no-Brasil-2007.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

SOUZA, André. MT é o 10º estado com maior número de presos provisórios, aponta CNJ. **G1**, Mato Grosso, Cuiabá, 24 fev. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2017/02/mt-e-o-10-estado-com-maior-numero-de-presos-provisorios-aponta-cnj.html>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

TEIXEIRA, Alessandra. **Prisões da exceção: política penal e penitenciária no Brasil contemporâneo**. Curitiba: Juruá, 2009.

WACQUANT, L. **As Prisões da Miséria**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.



SERVIÇO SOCIAL, ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E “CONTRARREFORMA” DO ESTADO

Social service, student assistance and state counterpartment

Mônica Duarte Cavaignac*

Renata Maria Paiva da Costa**



RESUMO

Este artigo apresenta uma análise da atuação profissional do Serviço Social na área da educação, especificamente no âmbito da assistência estudantil, a partir de um estudo com assistentes sociais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Tem por objetivo apontar os principais desafios e perspectivas desses profissionais num cenário marcado pela contrarreforma do Estado, pelo desmonte das políticas sociais públicas e pela negação dos direitos sociais. Este cenário impõe limites ao exercício profissional da categoria e dificulta a efetivação da política de assistência estudantil na referida instituição, comprometendo, assim, o acesso à educação como um direito. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, cuja perspectiva teórica está fundamentada no método dialético marxista. Foram realizados estudos bibliográfico, documental e empírico, utilizando-se as técnicas de observação participante, entrevista e questionário. Os dados revelam que o enfrentamento de tais desafios se dá pela ação coletiva dos assistentes sociais, pautada no compromisso ético-político com a defesa dos direitos sociais e com a qualidade dos serviços prestados aos usuários.

* Assistente Social e Advogada. Pós-doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) pela Universidade Estadual do Ceará. Professora do Curso de Serviço Social e do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE, Fortaleza, Brasil). Av. Dr. Silas Munguba, 1700, Campus do Itaperi, Fortaleza (CE), CEP: 60.714.903. E-mail: <monicacavaignac@bol.com.br>.

** Assistente Social. Mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social. Assistente Social do Instituto Federal do Ceará (IFCE, Fortaleza, Brasil). Av. 13 de maio, 2081, Benfica, Fortaleza (CE), CEP.: 60040-531. E-mail: <renatampc5@gmail.com>.

PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social. Educação superior. Assistência estudantil.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of professional atuation by Social Service in the education area, more specifically in the field of student assistance, after a study with social workers of Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará (IFCE). It aims to point the central challenges and perspectives of atuation, considering the scenery characterized by the state's counter reform, with damages for public socials policies and denial of social rights. It's a qualitative research, based on the dialectical-marxist method. It was made bibliography, documental and empiric studies, using participant observation, interviews and questionnaires. Data reveal that confrontation of this challenges might be done by the collective action of social workers, based on political-ethical commitment, the defense of social rights and the quality services provided to users.

KEYWORDS

Social service. Higher education. Student assistance.

Submetido em: 28/9/2017

Aceito em: 27/10/2017

INTRODUÇÃO

Analisar os desafios da atuação profissional do assistente social na educação, especificamente no âmbito da assistência estudantil, requer, em primeiro lugar, fazer uma abordagem sobre os processos sociais, econômicos e políticos que envolvem as políticas sociais públicas, alterando sua dinâmica de acordo com as conjunturas históricas. Tais políticas, atualmente, tendem a orientar-se pelas diretrizes do projeto capitalista neoliberal, em que a obtenção de lucros cada vez maiores se sobrepõe à garantia dos direitos da população. Nesse sentido, ao apresentar um recorte de uma dissertação de mestrado concluída no ano de 2017 (COSTA, 2017), o presente artigo tem por objetivo analisar os desafios e perspectivas do trabalho do assistente social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), num cenário marcado pela “contrarreforma” do Estado, pelo desmonte das políticas sociais públicas e pela negação dos direitos sociais.

A pesquisa, de natureza qualitativa e cuja perspectiva teórica está fundamentada no método dialético marxista, foi realizada com 11 (onze) assistentes sociais que atuam na política de assistência estudantil no IFCE, preocupando-se, para além dos dados quantificáveis, com o “[...] mundo dos significados das ações e

relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 1994, p. 22). Desse modo, buscou identificar elementos importantes nos discursos dos sujeitos envolvidos, nas suas relações, opiniões e interações no cenário onde se inserem. Além da observação participante – considerando que a pesquisadora é uma das assistentes sociais do IFCE que atuam na política de assistência estudantil da instituição –, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e aplicados questionários, de forma concomitante à pesquisa bibliográfica e documental.

As questões abordadas neste artigo visam revelar importantes aspectos do exercício profissional no campo da assistência estudantil, a qual vem ganhando relevância ao longo dos últimos anos no Brasil, como um programa que viabiliza o acesso à educação superior de sujeitos oriundos de segmentos empobrecidos da sociedade, pertencentes à classe trabalhadora. Dessa forma, faz-se necessário traçar um estudo sobre a dinâmica de trabalho dos assistentes sociais nesse campo de atuação, a fim de discutir os condicionantes à prática profissional e vislumbrar as possibilidades de efetivação da educação como um direito social.

O DESMONTE DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO DA “CONTRARREFORMA” DO ESTADO

A partir dos anos 1970 o capitalismo inicia uma crise marcada pela estagnação econômica, diminuição do consumo e queda na taxa de lucros, cuja superação passa a exigir um conjunto de transformações no padrão de produção, nas relações de trabalho e no modelo de regulação social do Estado. Tendo em vista alcançar a máxima produtividade com o mínimo de custos, as estratégias capitalistas combinam a introdução de novas tecnologias poupadoras de trabalho vivo, as quais levam ao aumento extraordinário do desemprego estrutural, com a superexploração da força de trabalho, sobretudo por meio de medidas neoliberais implantadas pelo Estado no sentido da flexibilização e da precarização das relações trabalhistas.

No Brasil, o neoliberalismo é impulsionado no início dos anos 1990, justamente pelo primeiro presidente eleito por voto popular após vinte anos de ditadura militar e intensas mobilizações em torno da

redemocratização – Fernando Collor de Melo (FHC) (1990-1992), o qual perde o mandato por *impeachment* em 1992, devido às medidas antidemocráticas adotadas por seu governo. Os governos que o sucedem, entretanto, não rompem com as diretrizes neoliberais estabelecidas pelos organismos internacionais do capital no Consenso de Washington¹. Pelo contrário, é a política macroeconômica que passa a determinar o rumo das políticas sociais a partir de então, principalmente com a chegada ao governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002).

No contexto da redemocratização da sociedade brasileira, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em resposta à pressão dos movimentos sociais por um Estado democrático, abre-se um cenário de ampliação de direitos. Assim, a partir da instauração da seguridade social, da descentralização das políticas sociais e da possibilidade de participação popular, amplia-se a atuação do Serviço Social nas políticas públicas, principalmente nas áreas de saúde, assistência social e previdência. Com isso, surgem novos espaços de trabalho para os assistentes sociais, como os conselhos de direitos e de políticas sociais. Todavia, o cenário engendrado pelo conjunto das transformações advindas da reorganização econômica e político-ideológica do capital já no início dos anos 1990 não é nada propício à consolidação de tais políticas públicas e à universalização dos direitos sociais que haviam sido conquistados.

Dessa forma, no contexto brasileiro dos anos 1990 inicia-se o processo de “contrarreforma” do Estado, cuja necessidade é justificada pela crise econômica e social que se instaurara no País desde 1980. Destarte, as reformas então engendradas se voltam para as demandas do mercado, com ênfase nas privatizações e na

1 O Consenso de Washington origina-se a partir de um trabalho proposto por John Williamson em 1989, o qual apresenta uma crítica às experiências desenvolvimentistas na América Latina durante a década de 1950. Ao estabelecer diretrizes referentes às estratégias de desenvolvimento e às políticas macroeconômicas, expressa um cariz político-ideológico neoliberal em ascensão nos anos 1980. Tem como pilares fundamentais a liberalização comercial e a desregulamentação da economia. Tal proposta dá ênfase à livre negociação, incentivando, inclusive, o investimento estrangeiro direto, convergindo para os interesses dominantes do mercado capitalista. Além disso, o Consenso de Washington indica o controle das finanças públicas, a fim de evitar grandes déficits, bem como sugere a reorientação dos gastos públicos com saúde, educação e infraestrutura. Prioriza, ainda, o investimento em políticas macroeconômicas, visando à estabilidade da economia (GONÇALVES, 2012).

previdência social, ameaçando, assim, as conquistas obtidas com a Carta de 1988 (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Em tempos de neoliberalismo, o Estado tende, cada vez mais, a se desresponsabilizar pelo atendimento às necessidades sociais da população, em favor da expansão do mercado capitalista de bens e serviços, restringindo, desse modo, sua intervenção social nas situações de extrema pobreza, por meio de políticas públicas seletivas e focalizadas, a exemplo dos programas de transferência de renda². Trata-se, de fato, de uma “contrarreforma” do Estado, conforme assinala Behring (2008), no sentido de reduzir direitos, em vez de ampliá-los. Dessa maneira, acirra-se a contradição entre as classes e presencia-se o agravamento da questão social, com o conseqüente aumento da demanda por serviços sociais.

Na conjuntura contemporânea, as expressões da questão social tornam-se objeto de ações filantrópicas e de benemerência, bem como de programas focalizados no combate à pobreza, acompanhados da privatização da política social pública, cuja implantação é transferida para organismos privados da sociedade civil – o “terceiro setor”³ (IAMAMOTO, 2009a).

Ademais, verifica-se a mercantilização dos serviços de saúde, de educação e previdência, tornando-os bens de consumo, em vez de direitos a serem garantidos a todos os cidadãos. Observa-se,

2 De acordo com Boschetti (2012), os programas de transferência de renda são diferentes dos benefícios previdenciários ligados ao trabalho. “São todos categoriais, no sentido de serem focalizados ou priorizarem determinadas categorias (idosos, pessoas com deficiência, jovens, crianças, mulheres etc.) e/ou em situações bem específicas ligadas à miséria absoluta e vulnerabilidade extrema” (BOSCHETTI, 2012, p. 53). Segundo a autora, os benefícios desses programas são concedidos mediante diversas condicionalidades, bem como por meio da comprovação da situação de miséria/pobreza. Seus valores, em geral, são reduzidos, inferiores ao valor do salário-mínimo, de modo que não propiciam a satisfação das necessidades básicas dos usuários. Boschetti indica, ainda, que “[...] raramente são inscritos na legislação como direito, permanecendo no registro de benefícios facilmente capturados pelo populismo e clientelismo políticos” (BOSCHETTI, 2012, p. 53).

3 Montañó (2010) elabora uma reflexão acerca da concepção de “terceiro setor”, situando a categoria no movimento e nas transformações do capital. Diferentemente de concepções que tendem a considerar o “terceiro setor” separado do Estado (que seria o “primeiro setor”) e do mercado (identificado como o “segundo setor”), o autor considera que não há como compreendê-lo como um fenômeno desarticulado do conjunto das transformações societárias. Portanto, “[...] o que é chamado de “terceiro setor”, numa perspectiva crítica e de totalidade, refere-se a um fenômeno real, ao mesmo tempo inserido e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de resposta à “questão social”, seguindo os valores da solidariedade local, da autoajuda e da ajuda mútua” (MONTAÑO, 2010, p. 186, grifos do autor).

assim, o baixo investimento do Estado em políticas públicas que respondam às demandas da população severamente atingida pela questão social, o que traz implicações diretas nas relações e condições de trabalho dos assistentes sociais que atuam na esfera estatal, a exemplo do que ocorre na área de educação.

A REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CURSO DO PROJETO NEOLIBERAL: PRECARIZAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DE UM DIREITO

As reformas na educação no Brasil vêm seguindo fielmente a proposta neoliberal. No que se refere à promoção da educação superior, o Estado se desresponsabiliza, transferindo esta função para o mercado. Na primeira década do século XXI observa-se a expansão de instituições de ensino privadas, as quais ganham evidência diante da falência do sistema público de ensino brasileiro e, também, recebem o apoio do Estado como uma espécie de “patrocinador” desse crescimento, ao expandir os programas de financiamento estudantil. Dessa forma, a educação superior se descaracteriza como um direito, passando a ser tratada como item de consumo. De acordo com Lima (2012), “[...] a expansão da educação superior passou a ser uma exigência do próprio capital, seja de capacitação da força de trabalho para o atendimento das alterações produtivas, seja para difusão da concepção de mundo burguês sob a imagem de uma ‘política inclusiva’” (LIMA, 2012, p.6). Nesse sentido, as propostas dessa reforma respondem mais às demandas do mercado do que às necessidades da população por uma educação pública e de qualidade.

O processo de reforma do ensino superior no Brasil sob os moldes neoliberais tem início ainda nos anos 1990, no governo de FHC⁴. Nesse projeto inicial, é dada ênfase à iniciativa privada, bem como à privatização das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, por meio da venda de serviços educacionais, a exemplo da oferta de cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* mediante pagamento de mensalidades. Nos governos de Lula (2003-2010), presencia-se

⁴ É válido salientar que a reforma universitária brasileira vem em curso desde o período da ditadura militar, quando houve uma expansão das vagas nas universidades, como resposta às pressões tanto da classe média, que demandava a ampliação do número de vagas, quanto do sistema econômico, que necessitava de mão-de-obra qualificada. Tal expansão, entretanto, não correspondeu a toda a necessidade devido às limitações da política econômica vigente (CISLAGHI, 2012, p. 264).

a continuidade da expansão da educação superior, mediante o financiamento público indireto para o setor privado por meio do Programa de Financiamento Estudantil (FIES) – implantado em 1999, ainda no governo anterior – e do Programa Universidade para Todos (PROUNI), de 2005. A ênfase recai sobre o incentivo à educação privada, em detrimento da melhoria da qualidade das IES públicas. Dessa forma, tem-se o aumento do número de IES privadas no País, ofertando diversos cursos, dentre eles os de graduação tecnológica, cuja duração tem em média de dois a três anos, fazendo com que o tempo de formação se reduza e o número de profissionais certificados cresça rapidamente. Aliado a isso, observa-se o aumento de cursos ofertados na modalidade à distância (EAD), os quais expressam grande quantidade de matrículas a cada ano.

Um dos aspectos do processo de expansão do ensino superior no Brasil remete à fragilização da formação profissional, a qual tende a ser “aligeirada”, tendo em vista que as matrizes curriculares dos cursos se tornam cada vez mais reduzidas, focadas no ensino de práticas, contribuindo para a formação de profissionais com competência técnica e operacional, porém com pouca capacidade de desenvolver uma profunda reflexão sobre o movimento da realidade de modo a nela intervir de forma crítica, propondo sua transformação. Percebe-se, nesse contexto, que o teor dessa expansão corresponde às orientações dos organismos internacionais, como o Banco Mundial, os quais têm o Estado como principal articulador de todo o arcabouço jurídico que legitima a forma pela qual se dá a reformulação desse nível de ensino. Nesse sentido, expansão se confunde com ampliação de vagas, o que não significa, necessariamente, democratização, universalização e acesso qualificado, mas sim um movimento de massificação da educação superior. Conforme observa Agapito (2016),

Neste ambiente econômico e político, a educação, enquanto direito social, está sendo transformada – cada vez mais – em serviço privado e a universidade pública se depara com implicações que fragilizam a formação com reflexão crítica, passando paulatinamente a ser operacional, produtiva e flexível para atender, essencialmente, a lógica do capital (AGAPITO, 2016, p.130).

Compondo o conjunto das legislações criadas na primeira década do século XXI tendo em vista a reforma da educação superior no Brasil, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) aparece como proposta de investimento do governo na educação superior pública federal. Instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o REUNI objetiva criar as condições para a ampliação do acesso e permanência de estudantes no ensino superior, com ênfase nos cursos de graduação, assim como melhorar as estruturas física e de recursos humanos nas instituições federais. O referido Programa apresenta como meta a elevação da taxa de conclusão dos cursos de graduação, intervindo nas ações que visam à redução da evasão escolar e do número de vagas ociosas, e investindo em ações de inclusão e assistência estudantil.

Na dinâmica da expansão por meio do REUNI, universidades receberam investimentos para melhorar suas estruturas, novas universidades foram criadas, bem como foi organizada a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica por meio da criação dos Institutos Federais (IF) em todo o País. Tudo isso com o objetivo de ampliar o número de ingressos no ensino superior, inclusive por meio da interiorização das universidades e dos IF. É preciso mencionar, entretanto, que tal movimento ocorre de forma um tanto desordenada, apresentando fragilidades que chegam a comprometer a qualidade das ações desenvolvidas nas unidades de ensino.

Conforme o estudo realizado com os assistentes sociais que compõem as equipes de assistência estudantil do IFCE, o fenômeno da expansão dos IF, por exemplo, expressa a maneira como se efetiva o processo de democratização da educação sob os moldes neoliberais, ou seja, a partir da ilusão de ampliação do acesso, com o aumento do número de vagas nas unidades de ensino, sem, no entanto, ofertar as condições adequadas para o desenvolvimento das práticas educacionais. Assim, de acordo com a observação dos assistentes sociais pesquisados, a expansão ocorre de maneira desorganizada, sem planejamento e sem a participação efetiva da sociedade nesse processo. Segundo os entrevistados⁵,

5 Nesta pesquisa foram entrevistados 11 (onze) assistentes sociais, com lotação em diferentes

As instituições públicas [...], por exemplo, os IF, têm crescido, mas eu vejo que é uma expansão desordenada, que não tem um planejamento adequado, que não tem a participação da comunidade como deve ser, que não tem um orçamento adequado. Na nossa instituição, nós temos *campi* que são abertos em prédios provisórios, [...], que não têm profissionais para atuar, para desenvolver o trabalho (ASSISTENTE SOCIAL 05).

Houve a expansão, mas sem uma qualidade de fato. Muitos *campi* sem professores, muitos *campi* sem os técnicos adequados para desenvolver os trabalhos, muitas vezes sem orçamento para funcionar. [...] Então, a meu ver, essa expansão dos IF foi desordenada e não foi casada com a concepção de qualidade de prestação de serviços e de condições adequadas para que essa expansão pudesse, de fato, ser sólida (ASSISTENTE SOCIAL 09).

Por outro lado, os profissionais reconhecem que, a partir do processo de expansão do ensino superior público federal, principalmente com o movimento de interiorização das unidades de ensino⁶, oportuniza-se o ingresso de indivíduos pertencentes às classes subalternas na educação superior, os quais pouco vislumbravam chances de evoluir em seus estudos, pelo fato de viverem em regiões em que, historicamente, não havia instituições públicas que ofertassem aquele nível de ensino. Ademais, ressalta-se que, apesar de suas deficiências e fragilidades, os institutos federais ainda dispõem de serviços educacionais, recursos humanos estrutura física considerados de nível bastante elevado quando comparados aos de outras IES.

Além disso, não se pode negar o fato de que é a partir do movimento de expansão da educação superior que as ações de assistência estudantil passam a se organizar de forma mais consistente, ganhando centralidade no que remete à permanência dos estudantes e exigindo a atuação de profissionais que planejem e executem ações visando atender às diversas necessidades

campi, localizados tanto na capital, com na região metropolitana e no interior do estado do Ceará, cuja identificação se deu por meio de algarismos arábicos, como meio de garantir o anonimato.

6 Em 2017, o IFCE conta com 30 (trinta) *campi* em funcionamento em todas as regiões do estado do Ceará.

oriundas do público estudantil. Dessa forma, abre-se um largo campo para atuação de profissionais de diferentes áreas, dentre elas o Serviço Social.

No Brasil, um dos objetivos desse movimento é a ampliação do acesso ao ensino superior. Todavia, o acesso deve ser compreendido para além das possibilidades de ingresso dos indivíduos nas IES; ele abrange, também, a permanência dos estudantes nos cursos em que ingressaram até a conclusão do percurso formativo, bem como a qualidade da formação, que, de acordo com Silva e Veloso (2013, p. 730-731), remete-se a “[...] bases materiais e subjetivas que favoreçam a apropriação do conhecimento crítico e a formação de sujeitos protagonistas no processo educacional”.

É com o intuito de favorecer a permanência de estudantes nas instituições de ensino superior que o Estado passa a investir em ações de assistência estudantil. Desse modo, em 19 de julho de 2010, por meio do Decreto nº 7.234, é criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), cujos objetivos estão dispostos no artigo 2º do referido decreto:

- I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010, não paginação).

Assim, é a partir da expansão da educação superior e da organização do PNAES⁷ que se observa o alargamento da demanda

⁷ É importante destacar, entretanto, que a assistência estudantil, tal como se apresenta hoje, é resultado de um processo fomentado ainda no final dos anos 1980 e nos anos 1990 pelos movimentos sociais da educação, que envolvem estudantes, intelectuais e trabalhadores da educação. Esses movimentos têm como pauta de reivindicação a reforma universitária e, dentro desse contexto, buscam a democratização das condições de acesso e permanência dos estudantes nas universidades públicas, mediante a ampliação das ações de assistência estudantil. Além do movimento estudantil organizado, outro ator importante no debate e redimensionamento da assistência estudantil é o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que faz uma crítica ao lugar marginal ocupado pela assistência aos estudantes universitários na agenda educacional do governo no País. A partir desse movimento, a assistência estudantil passa a ter legitimidade na agenda governamental, passando a permear as propostas de reestruturação do

por profissionais de Serviço Social para planejar, elaborar, executar e avaliar ações no âmbito da assistência estudantil. Desse modo, o número de assistentes sociais tem crescido a cada ano no interior das instituições federais de educação, notadamente nos IF. Estes profissionais são requisitados para intervir sobre as sequelas da questão social, compondo as equipes de assistência estudantil, cujo propósito é possibilitar as condições propícias para o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes na sua formação profissional, de acordo com as premissas do referido Programa.

Em se tratando da assistência estudantil, é preciso fazer algumas ponderações. De fato, a organização do PNAES representa um avanço nas ações que propiciam apoio aos estudantes no seu percurso formativo, principalmente no que diz respeito ao suporte financeiro. Por outro lado, observa-se que a assistência estudantil se configura, ainda, como uma política seletiva e residual, a qual nem todos os estudantes podem acessar, portanto, não pode ser caracterizada como um direito universal. Isto porque a assistência estudantil, assim como a política de educação brasileira como um todo, é uma área em que são poucos os investimentos do Estado, muito aquém das reais necessidades das instituições de ensino.

Desse modo, vivencia-se, na contemporaneidade, um severo processo de desmonte da educação no País, em que se presencia uma precarização crescente do sistema de ensino público em todos os níveis e modalidades, diante da qual não se pode permanecer na inércia; pelo contrário, é preciso denúncia e fortalecimento da luta em favor da educação pública, gratuita e de qualidade, de modo a protagonizar mudanças medulares nesse cenário que se delinea, para que a educação se constitua, enfim, como um direito de todos.

SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ALGUNS DESAFIOS

A atuação do Serviço Social na área da educação no Brasil se inicia ainda na primeira metade do século XX, coincidindo com a própria institucionalização da profissão, tendo por objetivo contribuir com a adequação dos comportamentos da força de trabalho às exigências do processo de industrialização em desenvolvimento no País. Todavia, é no contexto da expansão da educação superior

ensino superior nos anos 2000.

nas últimas décadas, marcado pela reestruturação das formas de dominação econômica, política e ideológica do capital, que os assistentes sociais assistem à ampliação dos espaços sócio-ocupacionais na referida área, sobretudo no campo da assistência estudantil, dada a necessidade de enfrentamento dos desafios postos pela democratização do acesso ao ensino superior e pelo agravamento da questão social⁸.

Ao revisitar a história da educação no Brasil, observa-se que a demanda por uma educação escolar institucionalizada surge mais da necessidade de formar uma mão-de-obra capacitada para responder às exigências da produção capitalista em ascensão – no período de desenvolvimento da industrialização, em meados da década de 1940 –, do que da exigência de efetivação da educação como um direito universal. A linha de atuação do Serviço Social na educação, nesse contexto, segue a perspectiva “tradicional” da profissão, segundo a qual os problemas identificados no âmbito escolar seriam originários dos comportamentos desenvolvidos pelos indivíduos. Portanto, o trabalho do assistente social se assenta sobre a base da educação moral e comportamental, incidindo sobre o caráter das pessoas, de forma a moldar comportamentos compatíveis e propulsores do processo de desenvolvimento econômico do País. Como assinala Barbosa (2015, p. 111), “[...] na educação escolar, o Serviço Social atuou junto à família-escola-comunidade no intuito de identificar os ‘males-sociais’ apresentados pela família e pelos alunos, proporcionando um tratamento adequado para os desajustamentos sociais”.

Nesse mesmo período observam-se as primeiras manifestações do Serviço Social na educação profissional, a partir da criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) que, tendo em vista organizar e administrar escolas de aprendizagem para industriários, requisita profissionais para prestar serviços assistenciais junto às atividades de capacitação profissional de jovens e adultos. Desse modo, a intervenção dos assistentes sociais é atrelada a um duplo objetivo: organizar ações para a reprodução

⁸ A questão social é definida por Iamamoto (2001, p.27) como o “[...] conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

da força de trabalho, por meio da prestação de serviços assistenciais (saúde, alimentação, habitação, nutrição) e de educação social e moral; e agir ideologicamente sobre a força de trabalho, com fins de ajustamento à ordem capitalista (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996).

Já nos anos 1960, a atuação do Serviço Social na educação, designada como Serviço Social Escolar, volta-se para a efetivação da assistência ao estudante, implantada por órgãos do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e do Ministério da Saúde, entre os quais Barbosa (2015) destaca: a Fundação do Material Escolar (FENAME); o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e o Instituto Nacional de Assistência ao Estudante (INAE). Por meio desses órgãos, pretende-se oferecer condições para que os estudantes possam permanecer na escola e melhorar o seu aprendizado, evitando a evasão e minimizando o nível de repetência. Nesse sentido, as ações de assistência ao estudante englobam a oferta de subsídios para o transporte, aquisição de material escolar, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário ao público escolar “carente”. Além da viabilização do acesso aos serviços sociais previstos na assistência ao estudante, os assistentes sociais também são convocados a prestar orientação educacional aos discentes, em conformidade com a Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, que torna esse serviço obrigatório nas escolas (BARBOSA, 2015).

No início do século XXI, com a expansão das instituições educacionais públicas de nível superior e dos programas de assistência estudantil, sobretudo na esfera federal, como mencionado linhas acima, é que a educação se consolida como espaço ocupacional do assistente social, provocando reflexões acerca da atuação profissional, de maneira a repensar a reprodução de ações integrativas e de adequação à lógica do mercado.

A organização da assistência estudantil a partir do PNAES/2010, não se pode negar, representa um marco no avanço das ações previstas a dar suporte aos estudantes para a conclusão dos seus percursos formativos. Um desses avanços se refere à ampliação do rol de atividades a serem desenvolvidas junto aos estudantes, que visam contemplar diversas necessidades que podem comprometer o processo educacional. Além disso, ao abarcar as diferentes

demandas dos educandos, abre-se a oportunidade de envolvimento de profissionais de diferentes categorias para dar andamento às ações de assistência estudantil. Com isso, tem-se a possibilidade de construção de um trabalho integrado e complexo, permeado por diferentes leituras da realidade e por diálogos de diferentes atores sociais, tendo em vista contemplar as várias dimensões da vida dos estudantes.

No que remete à atuação do assistente social na educação, é preciso ter em mente que o seu objeto de trabalho não é, especificamente, a assistência estudantil, mas sim a questão social e suas múltiplas refrações, as quais inviabilizam o acesso e a permanência dos sujeitos no sistema educacional. Nessa perspectiva, é necessário ter a clareza de que, no contexto do capitalismo,

A 'questão social' é mais do que pobreza e desigualdade. Ela expressa a *banalização do humano*, resultante da indiferença frente à esfera das necessidades das grandes majorias e dos direitos a elas atinentes. Indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres trabalhadores submetidos a uma pobreza produzida historicamente (e, não, naturalmente produzida), universalmente subjugados, abandonados e desprezados, porquanto sobranes para as necessidades médias do capital (IAMAMOTO, 2009b, p. 31, grifo da autor).

Assim sendo, compreendendo a questão social e elaborando meios de atuação para minimizar os seus rebatimentos no processo educacional, os assistentes sociais buscam viabilizar o acesso à política de educação como um direito social. Para tanto, a prática profissional, nesse âmbito, tem de transpor a mera execução de ações dispostas nas normas e orientações da legislação vigente. É relevante que o profissional faça uma leitura crítica da realidade social, do contexto institucional e dos meios de trabalho à sua disposição, ou seja, das condições objetivas de realização do exercício profissional, a fim de instrumentalizar seu processo de trabalho.

A ideia de que o trabalho na assistência estudantil se configura como uma tarefa simples, que se restringe à administração de auxílios

que garantam a presença de estudantes no espaço educacional, não corresponde à realidade. Em verdade, trata-se de um trabalho muito mais complexo, considerando-se o fato de que são múltiplas as expressões da questão social que se apresentam nas instituições de ensino, a exigir respostas que devem ir muito além do mero repasse de recursos materiais e financeiros aos estudantes, pressupondo não só formas de intervenção multidisciplinares, como também a articulação com outras políticas sociais.

Se a análise do contexto de inserção do trabalho do assistente social na área da educação é indispensável, considera-se que o planejamento das ações é de fundamental importância para a consecução dos objetivos de ofertar um serviço educacional, verdadeiramente, de qualidade. Participando integralmente do processo de planejamento, execução e avaliação das ações de assistência estudantil, o assistente social tem a possibilidade de mobilizar os recursos materiais e humanos necessários à efetivação de um trabalho comprometido com os interesses dos usuários. Além disso, tem a possibilidade de vislumbrar alternativas de atuação que superem a administração de benefícios pecuniários. Isto porque, para além desses benefícios (bolsas e auxílios), outras ações de educação são também importantes para proporcionar a formação integral dos indivíduos, tais como campanhas socioeducativas, rodas de conversas temáticas, trabalhos com famílias, ações de extensão institucional e atividades de formação política.

De acordo com a pesquisa ora apresentada, nota-se que, de fato, a maior parte do trabalho realizado pelos assistentes sociais na assistência estudantil é direcionada aos processos de seleção de estudantes para a concessão de auxílios pecuniários. Processos estes bastante complexos, pois envolvem estudos socioeconômicos, visitas domiciliares, entrevistas e outras estratégias que têm por objetivo conhecer a realidade familiar, social e cultural em que se inserem os discentes, de modo a identificar, entre os mesmos, aqueles para os quais tais auxílios são mais imprescindíveis à sua permanência na IES e à conclusão de seus estudos. Em face do caráter seletivo da assistência estudantil, o crescente aumento da demanda por auxílios, dadas as condições de vulnerabilidade em que vivem muitos discentes, torna-se, assim, o maior desafio para os assistentes sociais, conforme observam os interlocutores abaixo:

A demanda principal é auxílio. Se eu não tiver enganada, dos dez alunos que baterem na minha porta lá no Serviço Social, nove estão em busca de auxílio, de algum tipo de auxílio, seja moradia, seja transporte, seja auxílio óculos, seja o próprio bolsa permanência. Mas todos eles que procuram o Serviço Social, eu posso dizer que quase 98% estão em busca de auxílio (ASSISTENTE SOCIAL 09).

A gente sai de uma seleção, quando a gente começa a acompanhar, o semestre já acabou e a gente já tá vendo se tem dinheiro pra fazer a outra seleção. Tem os meninos que estão ingressando no primeiro semestre, aí precisa ter acesso aos auxílios. Então essa demanda dos auxílios é uma demanda que toma conta do cotidiano da gente o tempo inteiro (ASSISTENTE SOCIAL 01).

Diante desse desafio, as ações socioeducativas acabam ficando em segundo plano. Sabe-se, entretanto, que tais ações são tão importantes para compor o processo de formação profissional dos estudantes quanto as ações inerentes à concessão de auxílios, pois elas contribuem para a formação integral dos discentes, sob o ponto de vista social, político e cultural. É nesse terreno que se assenta a dimensão educativa do trabalho do assistente social, no sentido de socializar informações, estimular o debate, exercitar a fala e despertar a criticidade do corpo estudantil. Segundo Gonçalves (2016),

O aspecto educativo do trabalho profissional é, talvez, o que se expressa com maior frequência nesses processos, manifestando-se ao compartilhar informações sobre os serviços, políticas e direitos sociais; quando estimula um processo reflexivo sobre uma dada situação; quando reforça ou desconstrói estereótipos e preconceitos; quando aponta a mobilização e organização coletiva como formas possíveis de enfrentamento de determinados problemas; entre outros exemplos (GONÇALVES, 2016, p. 66).

O planejamento e a execução de atividades socioeducativas são um exemplo de trabalho em que o assistente social assume uma posição de sujeito da ação profissional, superando a posição de executor terminal de políticas, projetos e programas institucionais.

Contudo, a participação do assistente social na área da educação ainda se apresenta um tanto tímida e, conforme argumenta um dos profissionais entrevistados, precisa ser ampliada, principalmente no que se refere ao planejamento e à tomada de decisões:

Eu acho que o assistente social ainda precisa participar melhor. A gente precisa [...] conquistar os espaços e ir para o embate. A gente vai ter conflito sim, porque o nosso pensar é muito mais reflexivo e crítico do que muitas formas de pensar, então a gente vai ter esses momentos de embate, e a gente não pode perder. Aí eu vou participar porque são esses espaços que a gente precisa garantir, o espaço da fala, o espaço da discussão, que é um espaço público. A gente não pode ficar sempre na salinha, no ambiente de conforto, ou na zona de conforto, fazendo o trabalho, mas a gente tem que ousar um pouco mais, a gente tem que sair, tem que mostrar a cara e conquistar os espaços, de uma maneira que alguém possa um dia olhar e dizer assim: 'Que falta faz uma assistente social aqui. Aqui deveria ter uma assistente social' (ASSISTENTE SOCIAL 03).

Vivenciando o processo de planejamento das ações e fazendo dele uma prática constante na instituição educacional, o assistente social pode desenvolver uma atuação profissional que supere a superficialidade e a fragmentação, contribuindo, assim, com a ampliação do acesso e com a efetivação da educação como um direito social.

De fato, as expressões da questão social que incidem sobre a realidade dos discentes prejudicam o seu rendimento acadêmico e comprometem sua permanência na instituição, chegando a ocorrer situações extremas, como o abandono do curso. Dessa maneira, os profissionais utilizam seus conhecimentos, sua capacidade crítica e sua criatividade para elaborar respostas de enfrentamento às expressões da questão social, entre as quais se destacam: a pobreza, a violação e/ou negação de direitos, os diversos tipos de violência (doméstica, psicológica, de gênero etc.), o acesso precário aos serviços de saúde e de habitação, a dificuldade de acesso à alimentação e ao lazer, a desigualdade social, as situações de desemprego e/ou de trabalho precário, a fragmentação das relações familiares, o preconceito e a discriminação, como se pode verificar na seguinte fala:

[...] essencialmente eu vejo a desigualdade social, que se expressa muito na pobreza, então é uma expressão da questão social. A gente não vê aparente, mas quando analisa, faz uma entrevista, faz uma visita domiciliar, vê isso de uma forma muito forte. Muitas vezes a dificuldade de acesso aos equipamentos de saúde, [...] a questão do preconceito, da discriminação por orientação sexual, por cor, a gente percebe isso [...] (ASSISTENTE SOCIAL 03).

Diante disso, muitas dificuldades são postas aos assistentes sociais em seu cotidiano de trabalho na assistência estudantil. Uma das dificuldades elencadas pelos profissionais entrevistados se refere à quantidade de assistentes sociais lotados nos *campi* do IFCE, que se mostra insuficiente para atender um elevado número de estudantes⁹. Em alguns casos, por exemplo, há apenas um assistente social para uma unidade de ensino que tem 700 (setecentos) discentes matriculados. Nesses casos, é evidente que haja prejuízos ao atendimento com qualidade e ocorra uma sobrecarga de trabalho para o profissional. Mesmo nas unidades de ensino onde há mais de um assistente social, percebe-se que o número de profissionais ainda é desproporcional em relação ao número de estudantes.

Outra dificuldade identificada diz respeito à inexistência de profissionais de outras categorias para compor a equipe de assistência estudantil. Isso faz com que o trabalho de acompanhamento acadêmico dos estudantes fique fragilizado, pois a falta de uma equipe multidisciplinar completa compromete o atendimento das necessidades dos educandos em sua totalidade. Dessa maneira, a proposta de realização de um trabalho interdisciplinar, que envolva diferentes olhares para determinadas situações que impedem os estudantes de dar continuidade à sua formação, mostra-se prejudicada.

Alguns entrevistados apontaram, ainda, a presença de fragilidades, que variam de *campus* para *campus*, no que concerne

⁹ Até o presente momento não existem parâmetros oficiais acerca da proporção entre o número de estudantes e o número de assistentes sociais para atendê-los numa unidade de ensino. Nos debates realizados em encontros de assistência estudantil, entretanto, sugere-se a existência de, no mínimo, um assistente social para cada grupo de 500 (quinhentos) estudantes matriculados num *campus*.

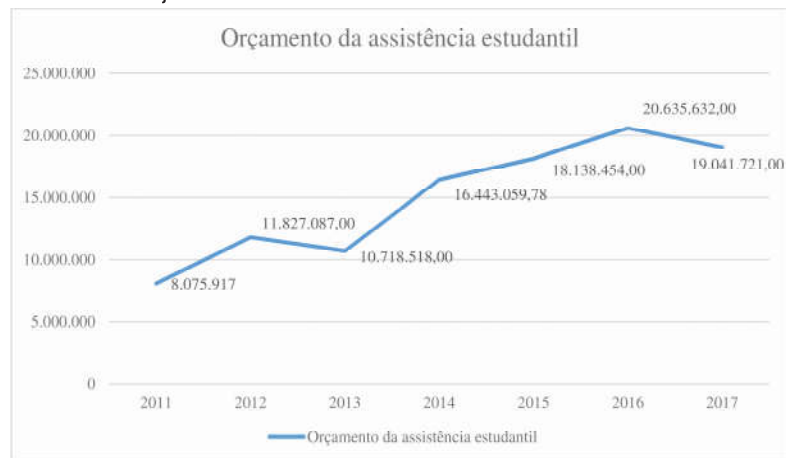
à estrutura física e à disponibilidade de materiais e equipamentos necessários à realização do trabalho na assistência estudantil, comprometendo as condições éticas e técnicas para atuação dos assistentes sociais, conforme dispõe a Resolução nº 493 do CFESS, de 21 de agosto de 2006¹⁰ (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2006). De acordo com relatos dos interlocutores, enquanto em alguns *campi* existe uma sala exclusiva para o Serviço Social, em outros o assistente social tem de compartilhar a mesma sala com profissionais de outras categorias, organizando-se a equipe multiprofissional em espaços e estruturas muitas vezes inadequados para a realização do atendimento individual dos usuários – com divisórias de gesso ou de madeira, por exemplo –, o que prejudica o sigilo profissional. Noutros casos, a sala que deveria ser reservada para o atendimento individual acaba sendo utilizada para outras finalidades, servindo de arquivo, de almoxarifado e até de copa. A disponibilidade de uma estrutura física adequada também se mostra imprescindível à realização de atividades de assistência estudantil em grupo, entretanto muitos *campi* sequer reservam salas ou espaços próprios para estas atividades, dispondo apenas das salas de aula, que, porém, nem sempre estão disponíveis, uma vez que se destinam às atividades de ensino.

Dentre as dificuldades apresentadas, uma se destaca em todos os *campi* onde os assistentes sociais entrevistados trabalham, qual seja: a questão orçamentária. Segundo os depoimentos, o orçamento destinado à assistência estudantil se mostra muito aquém do que é demandado, de modo que várias ações são inibidas pela falta de recursos financeiros, seja para a concessão de auxílios estudantis, seja para a realização de atividades socioeducativas. Afinal, num contexto de ajustes neoliberais, o Estado tende a reduzir, também, os investimentos em assistência estudantil, como se pode observar no gráfico abaixo:7)¹¹.

¹⁰ A referida resolução versa, dentre outras orientações, sobre a adequação dos espaços físicos destinados à realização das abordagens individuais e coletivas pelos assistentes sociais. Espaços que devem ter iluminação adequada, ofertar recursos que garantam a privacidade do usuário durante a intervenção profissional, bem como ter ventilação adequada e dispor de locais para colocação de arquivos e guarda de material técnico reservado ao manuseio dos profissionais.

¹¹ Sobre instituições de ensino que ofertam o curso de Serviço Social em todo o Brasil acessar o portal e-MEC (BRASIL, 2017).

Gráfico 1. Orçamento da assistência estudantil



Fonte: Informações fornecidas pela Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE) do IFCE no período de 2011 a 2017. Elaborado pelas autoras.

Conforme mostra o gráfico, o orçamento destinado à assistência estudantil registra tímidos saltos ao longo dos anos e, em 2017, tem-se uma queda no seu montante. Assim, é perceptível que a assistência estudantil não se mostra como alvo de investimentos do governo e, além disso, as previsões são de que os cortes no orçamento continuem. Nesse sentido, o fator orçamentário aparece como limitante ao exercício profissional, visto que as ações que envolvem diretamente o repasse de pecúnia (bolsas e auxílios estudantis) se tornam, a cada dia, menos inclusivas.

Os assistentes sociais apontam, ainda, uma dificuldade referente à capacitação continuada, para a qual os incentivos institucionais se mostram incipientes. Nesse aspecto, os entrevistados destacam a dificuldade de liberação integral ou parcial para os profissionais cursarem pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, principalmente. Quando se trata de servidores técnicos administrativos em educação (TAE) – categoria em que se enquadram os assistentes sociais – a situação se agrava, pelo fato de que não há, na legislação vigente¹², meios para

¹² Lei nº 8.745/1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (BRASIL, 1993).

substituir tais profissionais por servidores temporários. Isso tanto gera desconforto entre os servidores TAE, levando-os à desmotivação profissional, como pode desencadear um processo de desqualificação das práticas profissionais, devido à ausência de formação continuada. Seguindo um dos entrevistados,

Hoje, por exemplo, a possibilidade de afastamento para participar de programa de pós-graduação é muito difícil. A instituição tem nos dado afastamentos parciais, ao invés de afastamentos totais, ou de jeito nenhum. [...] E, ao mesmo tempo em que a instituição não concede um afastamento pra gente, também não concede programas, possibilidades de fazer capacitação e pós-graduação dentro da instituição (ASSISTENTE SOCIAL 05).

Diante das dificuldades acima expostas, são muitos os desafios que se colocam aos assistentes sociais em seu exercício profissional. E a perspectiva é de que este último se torne ainda mais limitado e condicionado, sujeito a retrocessos, como se pode observar nos seguintes depoimentos:

Eu acho que em breve eu não sei como vai estar a questão do orçamento e aí a gente vai ter que reinventar o nosso trabalho. O pior é que a gente vai ter que reinventar o nosso trabalho não porque apareceram outras demandas, não é porque a gente fez outras releituras da realidade. A gente vai ter que reinventar o nosso trabalho por uma violação de direitos da educação (ASSISTENTE SOCIAL 01).

Eu tô pensando que daqui a pouco a gente vai tá tão limitado, tanto de recursos financeiros pra liberação de auxílios, como de outros recursos pra fazer acompanhamento, pra tentar viabilizar a permanência desse aluno aqui, que seria o foco principal da assistência estudantil. Eu acho que vai ficar bem comprometido, pelo cenário político (ASSISTENTE SOCIAL 04).

As falas refletem, portanto, o contexto de desmonte das políticas sociais no País, especialmente da educação, e os impactos nas condições de trabalho dos assistentes sociais. O Estado mostra sua pouca preocupação – pode-se dizer até desprezo – para com a educação, destinando-lhe recursos cada vez mais escassos, a

ponto de esgotamento, enquanto os incentivos para as iniciativas ligadas ao capital seguem a pleno vapor. Assim, as possibilidades de efetivação da educação como um direito, bem como de materialização do projeto ético-político do Serviço Social, diante das ofensivas capitalistas, requerem embates cotidianos, não só nos espaços ocupacionais, como nas lutas e movimentos sociais mais amplos da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário contemporâneo, o exercício profissional dos assistentes sociais, sobretudo na esfera da execução das políticas públicas, é tensionado pelas medidas de ajuste neoliberais adotadas pelo Estado, as quais atingem os direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora, impondo limites à sua efetivação e universalização.

No âmbito da educação e, particularmente, da assistência estudantil, o enfrentamento de tais desafios exige um esforço coletivo para a construção de propostas de trabalho mais ousadas, a partir da aproximação e do diálogo com outros atores sociais, inclusive com os gestores das instituições de ensino, com a finalidade de explicitar os entraves ao desenvolvimento das ações capazes de contribuir efetivamente não apenas para a permanência dos estudantes, mas também para a qualidade de sua formação.

Os assistentes sociais que trabalham no IFCE se veem diante da necessidade de atribuir “uma nova cara” à atuação profissional e, ao mesmo tempo, da possibilidade de consolidar a concepção de que o trabalho do assistente social na instituição está para além da concessão de benefícios, envolvendo a realização de ações junto a comunidades; a aproximação com os movimentos sociais; o debate sobre questões políticas, culturais, étnico-raciais, de gênero, de acessibilidade; entre tantas outras formas de intervenção.

Afinal, esses profissionais compreendem que a educação, em vez de servir somente para cancelar a subjugação dos sujeitos aos imperativos do sistema vigente, deve ter como principal objetivo a formação de consciências críticas e com potencial para transformar a sociedade. Desse modo, o grande desafio que se lhes apresenta é a defesa da educação como direito universal. Desafio este em torno do qual se fazem necessárias, entre outras estratégias, diversas e

amplas ações de assistência estudantil, assim como intervenções profissionais cada vez mais críticas, qualificadas e valorizadas.

REFERÊNCIAS

AGAPITO, Ana Paula Ferreira. Ensino superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade. **Temporalis**, Brasília (DF), n. 32, p. 123-140, jul/dez. 2016. Disponível em <<http://www.periodicos.ufes.br/temporalis>>. Acesso em: 5 set. 2017.

BARBOSA, Mayra de Queiroz. **A demanda social pela educação e a inserção do serviço social na educação brasileira**. Campinas: Papel Social, 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete. América Latina, política social e pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento? In: SALVADOR, Evisálio et al. (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 31-58.

BRASIL. Presidência da República. Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília (DF), 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 3 ago. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei no. 8.745, de 9 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. Brasília (DF), 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8745cons.htm>. Acesso em: 21 ago. 2017.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. Financiamento do ensino superior no Brasil: novos e antigos mecanismos de privatização do fundo público. In: SALVADOR, Evisálio et al. (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 261-284.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL **Resolução CFESS no. 493/2006**, de 21 de agosto de 2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília (DF), 2006. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2017.

COSTA, Renata Maria Paiva da. **O serviço social no contexto da educação**: reflexões acerca dos desafios do trabalho do assistente social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). 2017. 187f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social)-Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 637-671, dez. 2012. Disponível em <http://www.scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0101-66282012000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 ago. 2017.

GONÇALVES, Taciane Couto. Trabalho, serviço social e o papel educativo da profissão. **Temporalis**, Brasília, n. 32, p. 53-72, jul/dez. 2016. Disponível em <<http://www.periodicos.ufes.br/temporalis>>. Acesso em: 5 set. 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Orgs.). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009a. p. 13-43.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na cena contemporânea. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFFESS/ABEPSS, 2009b. p. 15-50.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LIMA, Kátia. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA,

Ney Luiz Teixeira (Org.). **Serviço Social e educação**. 3.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. p. 1-26.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Maria das Graças Martins da; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Acesso nas políticas da educação superior: dimensões e indicadores em questão. **Avaliação**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 727-747, nov. 2013.